

AS FORÇAS ARMADAS E A BARBÁRIE NO ARAGUAIA: A REPRESSÃO À GUERRILHA ENTRE 1972 E 1974

*THE MILITARY AND THE ARAGUAIA BARBARISM:
THE SUPPRESSION TO GUERRILLA BETWEEN 1972 AND 1974*

*LOS MILITARES Y LA ARAGUAIA BARBARIE:
LA REPRESIÓN DE GUERRILLA ENTRE 1972 Y 1974*

Patrícia Sposito Mechi¹

Resumo: O artigo discute a repressão à guerrilha do Araguaia, situando-a na lógica da Doutrina de Segurança Nacional, doutrina militar que sofreu modificações no contexto da guerra fria e forneceu os fundamentos para as atividades repressivas nas ditaduras militares na América Latina. Apresenta-se o evoluir da atuação das Forças Armadas, em particular do exército, no processo de destruição da guerrilha, sua reclassificação segundo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e o extermínio dos guerrilheiros. Aborda-se, ainda, a repressão aos camponeses como componente de desmantelamento do movimento guerrilheiro. Neste trabalho foram privilegiadas as fontes produzidas pelas Forças Armadas no decorrer dos anos de 1972 e 1973.

Palavras-chave: guerrilha do Araguaia, repressão, ditadura militar

Abstract: The article discusses the repression of the Araguaia guerrilla, situating it in the logic of the Doctrine of National Security, military doctrine that was modified in the context of the cold war and provided the basis for the repressive activities in military dictatorships in Latin America. Shows the unfolding of the action of the armed forces, particularly the army, in the process of destruction of the guerrillas, their reclassification according to the precepts of the National Security Doctrine and the extermination of the guerrillas. It was also ap-repression of peasants as decommissioning component of the guerrilla movement. In this work we focused on the sources produced by the Armed Forces during the years 1972 and 1973.

Keywords: Araguaia guerrilla, repression, dictatorship

Resumen: El artículo analiza la represión de la guerrilla Araguaia, situándola en la lógica de la Doctrina de Seguridad Nacional, la doctrina militar que se ha modificado en el contexto de la guerra fría y sirvió de base para las activida-

¹ Universidade Federal do Tocantins (UFT), Porto Nacional, TO, Brasil,
E-mail: patriciam@mail.uft.edu.br

des represivas de las dictaduras militares en América Latina. Muestra el desarrollo de la acción de las fuerzas armadas, en particular el ejército, en el proceso de destrucción de la guerrilla, su reclasificación de acuerdo con los preceptos de la Doctrina de Seguridad Nacional y el exterminio de la guerrilla. También fue ap-represión de los campesinos como componente desmantelamiento de la guerrilla. En este trabajo nos hemos centrado en las fuentes producidas por las Fuerzas Armadas durante los años 1972 y 1973.

Palabras-clave: guerrilla Araguaia, la represión, la dictadura.

Introdução

Um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar foi, sem dúvida, a guerrilha do Araguaia, que seria mais bem caracterizada como “Massacre do Araguaia” já que a intenção do Partido Comunista do Brasil (PC do B), organizador do movimento, de desenvolver a guerra de guerrilhas rural que se iniciaria na região e se espalharia por todo o país, não se efetivou e, muito distante disso, os guerrilheiros foram brutalmente exterminados. O massacre promovido pelo Exército ocorreu paralelamente à imposição do Terrorismo de Estado sobre a população camponesa moradora do local, sem que as Forças Armadas, principalmente o Exército, se preocupasse com os subterfúgios que geralmente utilizava nos centros urbanos para mascarar suas atividades repressivas.

A brutal exibição de força e truculência militar no Araguaia contra guerrilheiros em condições precárias de enfrentamento e contra uma população miserável situam-se na lógica da repressão ao anticomunismo e aos movimentos populares – existentes ou potenciais - que encontram seus fundamentos ideológicos na Doutrina de Segurança Nacional. Este artigo, sem deixar de abordar a repressão aos camponeses, foca-se no exame da repressão aos guerrilheiros, desencadeada segundo os preceitos dessa Doutrina.

A produção a respeito da guerrilha do Araguaia ainda conta com poucos estudos, a maioria focalizando a atuação do Partido Comunista do Brasil. Nos estudos acadêmicos, o livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, é o único que tem como foco as experiências militares sobre a guerrilha. Apoiado em entrevistas e num “Dossiê” escrito pelos militares que atuaram na repressão à guerrilha, a obra apresenta questões até então não trabalhadas na historiografia sobre o Araguaia, como os embates no interior das Forças Armadas. Também nos apoiamos na tese de doutorado de Patricia Sposito Mechi, intitulada *Protagonistas do Araguaia: representações, trajetórias e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha*.

Para compreender a questão da Doutrina de Segurança Nacional, utilizamos o trabalho de Ananda Fernandes Simões *Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*, e a obra já clássica de Maria Helena Moreira Alves,

Estado e Oposição no Brasil.

A Doutrina de Segurança Nacional tem como embrião na América Latina a “Declaração de Caracas de 1954”, por ocasião da realização, naquela cidade, da X Conferência Interamericana, na qual os Estados Unidos conseguiram que a Organização dos Estados Americanos (OEA) condenasse a intervenção do comunismo internacional na América Latina (FERNANDES, 2010).

A Doutrina trouxe modificações nas concepções militares, adaptadas ao contexto da guerra fria e consequentemente do combate ao comunismo. Reformularam-se concepções como as de fronteira, inimigo e guerra, de modo a permitir aos Estados combater e considerar como inimiga a população dos próprios países, e enfrentar insurreições, protestos ou ações de guerrilhas.

A atuação repressiva das Forças Armadas na região do Araguaia pode ser dividida em duas fases: a primeira entre 1964 e 1971 e a segunda a partir de 1972 até o final da ditadura. Na primeira fase foram realizadas operações visando investigar a presença de militantes e a existência de campos de treinamento, além de remanescentes do movimento de Trombas e Formoso, ocorrido em Goiás nos anos 1950. Também em 1971 verifica-se a presença do Exército na região, desta vez ligada à busca de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que resultou na “Operação Mesopotâmia”. A movimentação militar na área a partir de 1964 não tinha os militantes do PC do B como alvo, mas se inscreveu na mesma lógica que orientou a repressão à guerrilha. Os ideólogos de 1964 julgavam que a região possuiria atributos que facilitariam a subversão, tais como, a dificuldade de comunicação, a existência de uma população rarefeita e extensos trechos de floresta densa, e por isso deveria ser monitorada. Já a segunda fase teve início com a descoberta da guerrilha do Araguaia e se estendeu até o final do período ditatorial.

As Forças Armadas costumam dividir a repressão à guerrilha do Araguaia em três campanhas, que ocorreram entre 1972 e 1974, no interior das quais se desenvolveram diversas operações de repressão e informação. A primeira campanha foi marcada pelo desconhecimento e despreparo das Forças Armadas para atuar na região; já a segunda, o que se evidencia são os choques entre as tropas regulares e a “comunidade de Informações” e a imposição destes últimos no comando da repressão à guerrilha a partir do final da campanha. No período o Exército realizou uma ampla atividade de inteligência na área e ao cabo dele, estavam munidos das informações que necessitavam para colocar fim aos guerrilheiros, o que fizeram com as operações de extermínio que caracterizaram a terceira campanha.

A descoberta da guerrilha do Araguaia

Apesar de o PC do B ter enviado militantes a partir de 1966, informações mais concretas sobre a atuação deles na região só foram obtidas a partir de 1972,² mas a notícia de uma guerrilha rural não foi recepcionada com seriedade por todos. De acordo com o coronel Lício Maciel, que comandou um pequeno grupo de operações de informações na guerrilha “o assunto guerrilha rural era motivo de chacota” (MACIEL, 2008, p. 37) e apesar de haver suspeitas de “ações subversivas” no campo, a ênfase na repressão à guerrilha urbana fazia com que os agentes que atuavam nela chegassem a ridicularizar a prioridade dada à guerrilha rural em alguns segmentos militares. Ao se referir à guerrilha rural, muitos diziam ser a “guerrilha do Bandeira” (STUDART, 2006).³

Entretanto, os segmentos militares ligados à repressão no campo acreditavam que a região do “Bico do Papagaio”, atualmente no norte do Tocantins (à época Goiás) havia sido eleita pelas organizações de esquerda como local ideal para o desencadeamento de uma guerrilha rural, em virtude da dificuldade de acesso, pois se tratava de uma área com extensos trechos de floresta amazônica, o que dificultaria a atuação regular das forças armadas, além da ausência do Estado, de políticas públicas, visando diminuir a miséria da população. Vistos como ignorantes e inocentes, os moradores locais seriam “presas fáceis” para os agentes do comunismo internacional.

As primeiras operações militares tiveram início em março de 1972.⁴ A primeira delas teria o objetivo de levantar informações sobre “atividades subversivas” e a capturar e destruir o inimigo e foi chamada de “Peixe I” (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - ME, 1972). Estas operações foram marcadas por uma série de dificuldades e as ações militares acabaram restritas ao levantamento de informações, a prisão de alguns militantes e a descoberta de esconderijos já abandonados pelos guerrilheiros (ME, 1972).

² As primeiras informações sobre a guerrilha tiveram origem em dois lugares: numa ação realizada pela 8ª Região Militar, descobriu-se indícios de atividade guerrilheira na “Região Sul da Transamazônica, no trecho compreendido entre Marabá e Araguatins” (Cf. e pelo Centro de Informações do Exército (CIE), que apurou possibilidade da existência de grupos em atividade nas regiões “N, NO e NE de Xambioá”. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – CMA – 12ª. RM – 2ª. Seção Informação Nº 288/E2/72-CMA (Confidencial) Manaus, 25 de maio de 1972, 4 p.

³ Trata-se do general Antônio Bandeira, oficial de longa carreira anticomunista e golpista que ia desde a repressão à insurreição de 1935, passando pela conspiração para a deposição do presidente João Goulart, prisão do governador de Pernambuco Miguel Arraes em 1964 e que comandou as duas primeiras campanhas repressivas contra a guerrilha do Araguaia. Além de atuar na guerrilha do Araguaia, o general também comandou a Operação Mesopotâmia, mencionada neste trabalho. Seu nome aparece nas listas de torturadores produzidas por ex-presos políticos e familiares de militantes mortos e desaparecidos. O general também foi acusado de ser um dos responsáveis por uma série de atentados terroristas contra bancas de jornal, redações de periódicos, associações civis, etc.

⁴ Ao todo, foram cinco (5) “Operações Peixe”.

Os primeiros grupos de militares atuando na região contaram com agentes disfarçados de funcionários da SUCAM, e da Embratel; os primeiros entravam nas casas, sítios e fazendas utilizando o subterfúgio de pulverizar veneno para combater o barbeiro, inseto transmissor da doença de Chagas; os outros alegavam verificar a viabilidade da passagem de redes telefônicas pela localidade (ME, 1972). Na verdade, procuravam indícios da presença de guerrilheiros no local.

O primeiro militante descoberto foi João Carlos Ferreira, o Joca, que dois anos antes havia comprado uma propriedade na região de Faveiro e regularmente, segundo o que o Exército apurou junto aos moradores, chegavam parentes dele na região.

O exército não acreditou que se tratasse de parentes, mas sim de subversivos. Contudo, também foram cogitadas as hipóteses que fossem hippies ou contrabandistas (ME, 1972). Outra hipótese aventada era que poderiam ser militantes que estavam escondidos na área devido à intensificação da repressão nas cidades que buscaram refúgio num lugar afastado dos grandes centros.

Após Joca, os militares descobriram a presença de outros militantes. Entre eles, Dona Maria, Alice, Beto, Regina, Mario, Cid, Luiz, Alandrine, Zezinho e José Carlos, mas ainda não sabiam suas verdadeiras identidades e nem que pertenciam ao mesmo partido (ME, 1972), o que descobriram no decorrer das missões.

Contudo, perceberam que não estavam encontrando militantes isolados, que havia uma certa organização entre eles e frente a isso, necessitariam recuar e conhecer melhor o “inimigo”. A primeira operação foi suspensa, pois não conseguiram capturar ninguém e deflagraram outra operação, a “Peixe II”, para realizar um levantamento maior de informações.

Em pouco tempo, os militares foram descobertos na área. Os agentes de informações que circulavam na área estavam sempre à paisana, fazendo perguntas à população. Entretanto, tropas regulares também participaram dessas operações, fardadas, fazendo perguntas e agindo de maneira truculenta. Uma das condições para o sucesso da operação era o sigilo, que foi quebrado e não havia condições, por falta de pessoal qualificado, de “repor” os agentes descobertos (ME, 1972).

A descoberta da “Grande Área do Marighella”

Ao fim das duas primeiras operações, o exército concluiu que os guerrilheiros já estavam presentes na área há pelo menos dois anos. Eram conhecidos como “paulistas” pelos moradores locais, com quem procuraram desenvolver relações amistosas, prestando serviços médicos e sanitários e com quem conviveram “ostensivamente”.

A partir das informações levantadas durante a segunda operação, o exército deflagrou uma nova operação, a “Peixe III”, cujo objetivo seria “realizar uma incursão com tropa sobre o ‘ALVO’ a fim de capturar, neutralizar e/ou destruir o inimigo (ME, 1972). Ou seja, tratava-se de uma nova ofensiva.

O “Alvo” era o principal Ponto de Apoio da guerrilha, apelidado de “Peazão” pelos guerrilheiros. Ao chegarem nele, as tropas se depararam com evidências de que o local teria sido recentemente abandonado, já que havia até mesmo alimentação quente no local. Não conseguiram capturar ninguém, mas encontraram “farta quantidade de material e literatura subversiva” o que comprovava a atividade de “guerrilha rural em fase de implantação”. Outros pontos de apoio também foram atacados nesta operação nas regiões de Cigana, Pau Preto I, Cachimbeiro e Sobra de Terra. Apesar de terem descoberto pelo menos nove pontos de atividade guerrilheira, nenhum militante foi encontrado. Para o PC do B, o dia do ataque ao “Peazão”, marca o início da guerrilha, conforme registrou em seu diário Maurício Grabois. (GRABOIS, 2010).

O coronel Lício Maciel, cujo codinome no Araguaia era Dr. Asdrúbal, participou desta operação e afirmou que haviam encontrado a grande área a que se referia Marighella:

Estávamos eufóricos. Comprovamos a existência da famosa Grande Área anunciada por Marighella, que estaria sendo preparada desde 1962. A adrenalina e a euforia nos impediam de pegarmos no sono. Todos nós estávamos conscientes de que o que tínhamos descoberto era algo muito grande e muito organizado. Mas a grande caçada mesmo, só começaria meses depois (MACIEL, 2008, p. 38).

Os primeiros militares a chegarem ao Araguaia, não esperavam encontrar uma “guerrilha”. Pensavam em capturar militantes que não teriam intimidade com a floresta e talvez desativar um campo de treinamento, como já ocorrera outras vezes. No entanto, ao depararem-se com o material deixado pelos guerrilheiros em um dos Pontos de Apoio, perceberam se tratar de um “inimigo” muito maior do imaginaram. As tropas deslocadas para a região não tinham preparo para enfrentá-las, mas alguns oficiais, como o coronel Lício e Cid, se empolgaram ao saber que se tratava de um inimigo organizado. Julgavam ter encontrado a “Grande Área” de Marighella, versão que o Coronel Lício sustenta até hoje.

A guerrilha do Araguaia nada tinha a ver com a “grande área” do Marighella mas, para os militares, era a comprovação da existência de formas desenvolvidas – a luta armada no campo - da “Guerra Revolucionária Comunista”, para a qual vinham se preparando teórica e praticamente – nos cursos da ESG, na Escola das Américas, nas instruções à tropa, nas palestras, conferências, treinamentos e outras atividades das Forças Armadas.

As forças repressivas já haviam adquirido vasta experiência na repressão à guerrilha urbana que, a época, já tinha sido dizimada. Dessa forma, todas as atenções do sistema repressivo puderam se voltar para o Araguaia e para a guerrilha rural.

Com a descoberta do que eles acreditavam ser a “grande área” do Marighella e de uma forma desenvolvida de “guerra revolucionária comunista”, o exército cogitou que haveria outros pontos de atividade guerrilheira que ainda não haviam sido identificados e para os quais os militantes teriam possivelmente se deslocado.

Afirmavam que os guerrilheiros haviam se “diluído na selva” para dificultar sua localização ou estariam tentando deixar a área⁵ e seria preciso uma nova e maior atividade de informações. A cada nova operação, o exército descobria que a guerrilha era mais extensa e organizada do que havia pensado anteriormente.

Nova operação teve início, a “Peixe IV”, que tinha o objetivo de re-alarizar uma operação de informações na região de Marabá-Xambioá, a partir das informações levantadas nas operações anteriores, cujo objetivo era “aprofundar os dados quanto à localização, valor e identificação do inimigo” (ME, 1972).

Como se tratava de uma operação de informações, os agentes precisavam novamente andar descaracterizados e precisavam ter uma justificativa para circularem pela área sem levantar suspeitas. Foram confeccionadas carteiras de identidade falsas e desenvolveu-se um “trabalho de cobertura”, ou seja, foram inventadas histórias falsas sobre a vida e a atividade dos militares, o “Coronel Douglas”, por exemplo, tinha como trabalho falso de cobertura a profissão de geólogo junto ao INCRA (ME, 1972).

Nestas operações houve uma participação maior de elementos mais experientes “oficiais e graduados (...) que já haviam participado de operações da mesma natureza na área” apesar disso, há queixas quanto ao valor dos homens empregados “com grau de qualificação (...) insatisfatório, ainda” para o enfrentamento com um inimigo que estava “alertado e diluído” numa área extensa. O autor do relatório afirma que a “busca de informes deve ser feita com maior agressividade” (ME, 1972).

A última das operações “Peixe”, a quinta, repetia o objetivo de diversas das operações anteriores “neutralizar e/ou destruir o inimigo”. Nela foram presos diversos militantes, alguns dos quais nem sequer haviam chegado na área, como é o caso de Rioko Kaiano. Foi preso também o guerrilheiro Nilo, que havia pedido para deixar a área e havia sido autorizado pelos comandantes da guerrilha, além de José Genuíno Neto, pertencente à base guerrilheira da região da Gameleira. Foram presos ainda alguns moradores que colaboravam como os guerrilheiros em toda a área. (ME, 1972).

⁵ Ibidem.

Ao final destas missões, as Forças Armadas puderam redimensionar o tamanho do “inimigo”. Souberam que a guerrilha se estruturava em destacamentos, dos quais sabiam existir dois (na verdade eram três) que estariam subordinados a uma Comissão Militar que, por sua vez, se subordinava ao “Bureau Político”. Estimavam que havia mais de 50 guerrilheiros na região (ME, 1972).

Após o fim das operações “Peixe”, os militares retornaram à área em nova missão que buscava “reconhecer, procurar contato, emboscar ou destruir o inimigo” (ME, s/d). Esta era uma operação maior do que as anteriores, mais extensa espacialmente e com a participação de diversos grupos de agentes de informação, do Exército, Marinha e Aeronáutica.

A estratégia de ataque à guerrilha sofreu algumas modificações, já que as tropas não deveriam manter os procedimentos de busca anteriormente adotados, ou seja, não deveriam tentar atacar os pontos de apoio e sim impedir que os guerrilheiros chegassem neles ou emboscá-los, caso estes conseguissem penetrar na área ocupada pelas tropas (ME, 1972).

A operação, como as anteriores, não teve sucesso. Os militares concluíram que a forma como vinham se desenvolvendo as atividades de repressão não eram capazes de por fim ao “inimigo”. Descravam a guerrilha como bem preparada:

Adaptado perfeitamente à área, quanto ao aspecto climático, conhecedores profundos do terreno com trilhas perfeitamente demarcadas na mata. Equipamento e calçados de fabricação própria, em perfeita consonância com a região. Um sistema logístico de apoio estabelecido no mais rígido cumprimento dos princípios da guerrilha. Dotado esses pontos de suprimento de víveres, remédios e localizados a uma jornada de distância. Tais pontos localizados em terreno com predominância de vista e de campo de tiro, com caminho perfeitamente delineados, com uma dificuldade de acesso aos elementos estranhos ao grupo e ativados com cães que acompanham o grupo (MENEZES, 1972).

Os pontos positivos que viam na organização da guerrilha, eram apontados como negativos para as forças de repressão, que não teria equipamentos adaptados à operação, mochilas e roupas volumosas, calçados inadequados. Perceberam que desconheciam o terreno e careciam de agentes especializados (MENEZES, 1972).

É possível inferir que a insistência na carência de “pessoal especializado”, que seriam os agentes da área de informações, era uma estratégia dos oficiais vinculados às “Segundas Seções” de impor ao combate à guerrilha do Araguaia a predominância deste grupo de militares.

A reclassificação da guerrilha segundo os militares

Em setembro de 1972, teve início na área na “Operação Papagaio”, também chamada de “Manobra 72”. A operação foi a primeira de cunho explicitamente “psicológico”, de acordo com os preceitos da “guerra psicológica” da Doutrina de Segurança Nacional e tinha como objetivos:

Realizar, por intermédio da manobra, uma operação psicológica visando a:

- alijar da área elementos subversivos que lá vem atuando;
- capacitar a população de que poderá contar com o auxílio do Exército, conquistando-lhe, também, a simpatia pelas ACISOs empreendidas.

Testar:

- a doutrina da Guerra Revolucionária;
- o grau de instrução da tropa (...).

Exercitar:

- os comandos subordinados no planejamento e execução de operações especiais;
- a tropa na realização de: - reconhecimento; - marchas motorizadas; estacionamentos; - operações contra guerrilha e vivência na selva; - operação de informações e busca de informes de interesse para a Segurança Interna; - o sistema de operações ar-terra; o apoio administrativo a grandes distâncias da base no interior da selva;

Realizar Ações Cívico-Sociais (ME, 1972).⁶

Além de ser uma operação de “guerra psicológica”, a operação teve outros fins. Serviu também para treinar as Forças Armadas para a guerrilha rural e apresentaria condições superiores a outras atividades de treinamento já realizadas pelos militares, pois foi montada sobre uma situação “realmente existente” (ME, 1972). Para os militares, era importante realizar um treinamento a partir de uma “situação real”, já que em algumas das manobras anteriores, não se contava nem com o guerrilheiro, nem com a população:

É evidente que por mais que se tentasse chegar o mais próximo possível da realidade, sempre eram observadas lacunas. Embora o papel de guerrilheiros fosse desempenhado por militares bastante treinados, não existia uma população cujas tendências político ideológicas pudessem ser avaliadas e ser “ganhas” para as posições contrarrebeldes. Dessa forma, a descoberta do trabalho de campo

⁶ ACISO – Ação Cívico-social é a denominação de operações que são frequentes do Exército, destinadas a diversos fins assistencialistas. No Araguaia, integrou a estratégia de repressão à guerrilha.

do Partido Comunista do Brasil, em 1972, ofereceu uma oportunidade única de realização de uma manobra dentro de um quadro real. Havia, então, o guerrilheiro, e uma população a ser considerada (STUDART, 2006, pp. 129-130).

Alguns pontos da análise que o Exército fez nesta Operação, particularmente nos relatos de Vianna Moog, revelam que a guerrilha foi “reclassificada” sob o prisma da Doutrina de Segurança Nacional, passando a ser considerada uma atividade de maior envergadura. Ao descrever a área, por exemplo, falavam de sua extensão, e de suas características de selva, do seu afastamento dos grandes centros urbanos e das dificuldades de acesso, da “população rarefeita, de baixo índice cultural e precária situação econômica” (STUDART, 2006, pp. 129-130).

Estas características tornariam a região mais favorável a atividades de guerrilha rural do que regiões como Caparaó e Registro, que também haviam sido escolhidas por organizações “subversivas” para o mesmo fim considerada (STUDART, 2006, pp. 129-130).

Nas primeiras operações do exército, a região era descrita de maneira idílica e a população como cordial e ingênua. Afirmavam que os camponeses colaboravam com o exército, “muitas vezes voluntariamente” (ME, 1972), e ressaltavam as características que viam como positivas nos moradores do Araguaia.

Frente a uma situação de “guerra revolucionária comunista”, com uma população que poderia colaborar com os guerrilheiros e uma região que facilitaria a movimentação dos “subversivos”, os militares passam a preparar-se para uma grande operação de guerra.

A “guerra” se desenvolveria porque, para os militares, as Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA) tinha como objetivos: formação e treinamento de guerrilheiros rurais, estudo da viabilidade de uma guerrilha rural no Brasil, estabelecimento de um foco e, posteriormente de uma coluna guerrilheira, obtenção de apoio externo e repercussão internacional para o movimento, adesão de outras organizações guerrilheiras, exploração dos antagonismos existentes na área e criação de uma rede de apoio para a guerrilha (ME, 1972).

O Exército acreditava num potencial de crescimento da guerrilha, temendo o recrutamento de novos membros entre a população local e no Norte de Goiás e oeste do Maranhão e o apoio externo, que de fato não ocorreu. A imprensa de países europeus divulgava os acontecimentos da guerrilha e isso levava a crer sobre ligações com o exterior.

A “trégua” das Forças Armadas e a atividade de informação

Os guerrilheiros avaliaram o período que se estendeu de 8 de outubro de 1972 a 07 de outubro de 1973 como um período de trégua. Imaginavam

que haviam vencido as Forças Armadas nas duas primeiras campanhas e sabiam que retornariam, mas não tinham ideia de quando. O que os guerrilheiros não sabiam é que os militares desencadearam uma grande operação de espionagem e inteligência no período de “trégua”: a Operação Sucuri.

Enquanto o comandante da guerrilha e a Comissão Militar analisavam erroneamente que a área fora deixada em completo abandono pelo contrarrebelle, o Centro de Inteligência do Exército – CIE, planejava e colocava em execução uma operação de inteligência que serviu de base a todo o trabalho realizado na terceira fase de combate à guerrilha (ME, 1972).

Este período demarca a mudança de orientação militar da guerrilha e a vitória da Comunidade de Informações sobre as tropas regulares. Esse grupo assumiria o controle absoluto da repressão à guerrilha.

A operação espalhou diversos militares e civis, que atuaram em vilarejos e cidades, além da zona rural, com nome e profissões de cobertura, como já havia acontecido outras vezes. Novamente apareceram como funcionários do INCRA, mas na operação Sucuri também apareceram como funcionários da Campanha de Erradicação da Malária e do DNER. Tanto o INCRA quanto o DNER, além de fornecer a cobertura para os agentes, ofereceu também as instalações e o suporte logístico.

Alguns militares foram instalados em pequenos comércios e o exército comprou glebas de terra para instalar outros como posseiros. Se instalavam em duplas: “Em Couro D’antas, ficariam Juscelino e Basil. Em Gameleira, Waldir e Pinto. A dupla Silvério e Gersi se deslocaria para Pau Preto e Mutum. Oliveira e Rodrigues atuariam na Abóbora (MORAIS; SILVA, 2005, p. 105).

Dentre os militares, apenas os comandantes tinham identificação falsas. Os demais andavam sem documentos. Vestiam-se como os moradores da região e procuravam misturar-se entre eles (STUDART, 2006).

O princípio da operação, o levantamento de informações, respeitava uma estrutura rígida de funcionamento. O agente deveria repassar a informação obtida aos subcoordenadores, que as processavam e passavam ao coordenador adjunto e ao coordenador geral. As ordens dadas pelo comandante geral, também seguiam este caminho, de forma inversa.

A coleta de informações nas bodegas ocorreriam às segundas ou terças-feiras, dependendo da situação. Na Transamazônica, o contato deveria ser feito pelo adjunto ou coordenador. Sob o disfarce de engenheiro do INCRA, percorreria os povoados receberia os dados obtidos e orientaria futuros contatos. (MORAIS e SILVA, 2005, p. 107)

Após o levantamento das informações, os militares confeccionaram uma lista de moradores que eles indicaram como sendo componentes da

rede de apoio da Guerrilha (ME, 1973). Com as informações coletadas durante a Operação Sucuri, os militares montaram a estrutura repressiva para o extermínio da guerrilha do Araguaia, que seria denominada Operação Marajoara.

A terceira campanha militar e o ataque aos camponeses

De acordo com Studart, o comando da operação foi entregue pelo ministro do Exército, Orlando Geisel, ao General Milton Tavares e, posteriormente, ao general Confúcio de Paula Avelino. A Operação Sucuri foi conduzida exclusivamente pelo Exército e a subsequente Operação Marajoara, contou com a colaboração da Aeronáutica e do CISA.

A operação teve início em 7 de outubro de 1973 e teria duas fases: na primeira, os militares neutralizariam a rede de apoio dos guerrilheiros, ou seja, atacariam e prenderiam camponeses e na segunda, iriam vasculhar a área em busca de depósitos e dos próprios guerrilheiros (ME, 1973).

Com menos de 300 militares em trajes civis, diferente das operações anteriores, esta não tinha prazo para terminar. Seu fim seria com o extermínio dos guerrilheiros. Ao início da operação, havia 56 militantes do PC do B na área: 22 combatentes no destacamento A, 12 no B e 14 no C, além de 8 membros na Comissão Militar. Ao todo, foram empregados aproximadamente 750 homens, que se revezavam em grupos de 250 homens (STUDART, 2006, p. 226).

Para o extermínio, foram montadas pequenas equipes de cinco homens, denominadas “Grupos de Combate” (GCs), todos à paisana, os mateiros, recrutados entre os moradores, iam à frente com os agentes do CIE; três outros agentes ficavam nos vilarejos escondidos e municiados por um rádio, observando a movimentação e informando os demais agentes de seu grupo.

Em ações rápidas, nos três primeiros dias os militares praticamente concluíram a primeira fase da operação, qual seja, a de “neutralizar a rede de apoio” (Ibidem). É dessa operação a maior quantidade de queima de roças e casas e a prisão de quase todos os homens da área (MORAIS; SILVA, 2005, p. 452).

No dia 7 de outubro de 1973 foi efetivamente iniciada a 3ª Fase de combate à guerrilha, que teve características totalmente diferentes das duas anteriores. A tropa penetrou na selva descaracterizada, passando a usar trajes civis; cada combatente adotou um codinome, tornando difícil e quase impossível uma identificação posterior através do nome, posto ou graduação. Com exceção do armamento que era padronizado – e cada grupo possuía um grande poder de fogo – os equipamentos tais como mochilas, etc., foram utilizados a critério de cada um, considerando que deveriam ser o mais confortável possível, de forma a enfrentar longas caminhadas através da selva (STUDART, 2006, p. 217).

O Exército promoveu um arrastão e prendeu aproximadamente 300 pessoas. Alguns foram colocados em valas de três metros nas bases de Bacaba e Xambioá, que foram fechadas com grades de ferro. O coronel Aloízio Madruga de Moura e Souza, afirma que os objetivos desta prisão em massa era negar à guerrilha a rede de apoio (informações e alimentos) além de “tentar, até mesmo, proteger estas pessoas, já que muitas, sob suspeita de estarem apoiando as forças legais estavam sendo ameaçadas” (SOUZA, 2006, pp. 161-162). Já os militares afirmam que, além de retirar o apoio da guerrilha, a operação visava “deixar claro a essas pessoas quem estava do lado da Lei e da Ordem”. (STUDART, 2006, p. 217) Afirma, ainda, que “essas pessoas” precisavam passar por um processo de reeducação:

Na reeducação dessas pessoas, teve que ser empregado algum rigor, uma vez que o caboclo daquela região só conhecia uma lei: a lei do mais forte. Mesmo porque não havia tempo para usar a psicologia o exército queria fazer entender quem, a partir daquele momento, estava mandando. Após, todos os detidos foram liberados e passaram a temer mais o exército do que os guerrilheiros (STUDART, 2006, p. 218).

Os camponeses permaneceram cerca três semanas presos. Muitos foram vítimas de tortura, conforme os depoimentos dos mesmos, prestados em diversas ocasiões. Entretanto, os algozes também relatam e confirmam as torturas sofridas pelos camponeses:

O Hermógenes foi o único que ficou muito tempo no buraco; o resto é invenção. Ele foi castigado porque em 1972 denunciou uma equipe que quase morreu emboscada por Amauri. Eu estava nessa equipe, poderia ter morrido. Por isso o Hermógenes levou umas porradas, teve o castigozinho, foi pendurado no pau de arara. Três em cima e um embaixo (STUDART, 2006, p. 218).

Ao narrar a tortura de Hermógenes, o “Louro” explica a técnica empregada:

Para você interrogar um cara, ele tem que estar pelado, você tem que desmoralizar o sujeito. Só que você não bate nos culhões porque você pode matar o cara sem querer, dá uma porrada, infecciona e dá uma infecção generalizada. Ele pode até desmaiar. Outra coisa, você dá três minutos em cima e um embaixo, pra voltar a circulação, senão daqui a pouco fica tudo dormente e ele não sente mais nada e vai estar gozando da sua cara daqui a pouco. Eu mesmo fiz questão de dar um pau no Hermógenes (STUDART, 2006, p. 218).

Outros militares também narram sessões de tortura que conduziram na “casa Azul” (sede do DNER) tal como o coronel José Vargas Jimenez, que afirmou que se aplicavam aos presos choques elétricos, “telefones” (tapas simultâneos nos ouvidos com as duas mãos), socos em pontos vitais do corpo, entre outras sevícias (JIMENEZ, 2007). O militar, ao ser questionado se havia presenciado tortura, afirma que:

Sim, sim, eu presenciei algumas, mas não sei por quem foram praticadas. Eu posso falar do Piauí, porque, no desenrolar da missão, quando se prendia um guerrilheiro – no caso, eu posso falar muito do Piauí, que eu peguei vivo e há documentos de outras pessoas atestando isso, confirmando a minha versão –, ele estava abalado e não queria falar. Então, tínhamos que aplicar algumas técnicas citadas aí para ele poder delatar. Porque, depois que ele voltasse à calma, não falaria nada (JIMENEZ, 2009).

Estes relatos demonstram que a tortura foi uma prática sistemática durante a repressão à guerrilha do Araguaia. Dela não escaparam nem militantes do PC do B, nem moradores, que foram encarcerados às centenas, sob condições degradantes, já que as cadeias da região eram à céu aberto, sob um sol escaldante. Para a tortura, foram solicitados instrumentos como “gerador de corrente alternada”, que possibilitava aplicar choques elétricos nas vítimas. Outras formas de torturas, como o pau de arara, as surras, a privação da alimentação, do sono, além das torturas psicológicas, são comuns nos relatos dos camponeses além, do “buraco do Vietnã”, que possuía uma grade de ferro por cima e foi vastamente utilizado. O preso, depois de passar pelas torturas citadas acima, era colocado dentro desse buraco, onde passava dias, recebendo diariamente sol, chuva e sereno e realizando ali mesmo suas necessidades fisiológicas.

No Araguaia não havia a preocupação entre as forças de repressão de não deixar marcas nos corpos de suas vítimas antes de liberá-las novamente ao convívio social. Senhores absolutos da situação, na região a certeza da impunidade grassava entre os militares.

Como afirmou o militar no depoimento citado anteriormente, aquela população precisava ser tratada com um “certo rigor” para que aprendesse de que lado estaria a lei e a ordem. A “pedagogia da tortura” era o que se aplicava para as lições de civismo que pretendiam ensinar.

Militares que aturam no Araguaia não temem, até hoje, serem punidos pelas atrocidades que cometeram, pois estão resguardados pela Lei da Anistia. Casos como o do “Major Curió”, que admitiu ter assassinado guerrilheiros, que admite torturas e que é odiado pela população da região, revelam que estes ainda se sentem protegidos pela instituição militar e pelo Estado.

O extermínio dos guerrilheiros

Na terceira campanha, um grupo comandado pelo coronel Lício Maciel assassinou os primeiros guerrilheiros: Zé Carlos, Zebão, Alfredo e Nunes, este último morreu na casa Azul, já sob custódia do Exército e, como os demais, está desaparecido. João Araguaia foi o único a escapar dos tiros e levou a notícia à Joaquim (GRABOIS, 2010).⁷

Uma das mortes sobre a qual os militares disputam a autoria é a guerrilheira Sônia. Ela estaria com um grupo de guerrilheiros, sendo perseguida por uma equipe da qual faziam parte o Coronel Lício, “Cid” e Curió. Ela se afastou do grupo por alguns momentos e se encontrou com os agentes. O coronel Lício teria dito para ela levar as mãos à cabeça, mas ela teria levantado apenas uma mão, enquanto com a outra sacava sua arma. O coronel teria então atirado em sua perna. Caída, a guerrilheira teria atirado nele, ferindo sua mão e seu rosto e em Curió, ferindo seu braço. Neste ponto são três versões para a morte de Sônia: Segundo Curió, ele teria atirado nela (NOSSA, 2012, p. 172); segundo Lício, praticamente o grupo todo a teria metralhado (Maciel, 2008, p. 59), e segundo Cid, ele e o agente João Pedro a teriam metralhado (idem). Em todas as versões, a guerrilheira teria dito, após ter perguntado o seu nome “Guerrilheira não tem nome”.

Studart aponta a morte de Ari como a “terceirização da luta” (STUDART, 2006, p. 246), em que foi oferecido dez mil por cabeça de militante. A partir desse momento há uma aliança mais explícita entre os militares e os jagunços e bate-paus da região:

A ideia nasceu dentro de uma equipe de informações que atuava em Xambioá. Os militares espalhavam que pagariam por cabeça de guerrilheiro. A princípio, cada guerrilheiro vivo valeria 5 mil cruzeiros e cada morto, 10 mil – com um pouco mais dava para comprar um Fusca zero quilômetro (STUDART, 2006, p. 206).

Um guia do Exército teria se dirigido a um acampamento militar, em Xambioá, perguntando quanto pagavam pela cabeça do “povo da mata”. O mateiro, então, retirou da sacola a cabeça de Arildo Valadão (MORAIS; SILVA, 2005, p. 463). Outros guerrilheiros teriam a cabeça decepada; um deles foi Chico, a mando do Dr. Silva, que, após executá-lo, ordenou ao mateiro que guiava a tropa que o decepasse, outro foi Jaime Petit da Silva, o Jaime (Idem, p. 248).

As lembranças das cabeças cortadas são recorrentes na bibliografia que trata da guerrilha do Araguaia e em depoimentos de militares e moradores, como o da Dona Domingas:

⁷ José Carlos, assassinado nessa ocasião, era André Grabois, filho de Maurício Grabois.

O compadre Arlindo, que matou Osvaldão, eles mataram um grupo e cortaram as cabeças. Seis ou mais cabeças. Passaram na minha casa com um major, com o saco de cabeças. O compadre Arlindo disse: - Repara o que eu tenho aí dentro. Eram as cabeças. Pegaram o helicóptero e foram para Xambioá com as cabeças (PEIXOTO, 2011, p. 489).

A barbárie das cabeças cortadas teria o objetivo de facilitar a identificação dos guerrilheiros, já que seria difícil carregar corpos na selva e transportá-los até a base, cortavam-se também as mãos dos guerrilheiros. A prática ajudava a disseminar o terror pela região, a uma população que já atemorizada com os abusos que sofria.

Um golpe de morte na guerrilha ocorreu no natal de 1973, conhecido entre os militares como “Chafurdo do Natal”. Nesta operação, em que foram empregadas duas patrulhas, teriam sido mortos: Maurício Grabois, Paulo Mendes Rodrigues, José Humberto Bronca, Orlando Momenté, Gilberto Olimpio Maria, Guilherme Gomes Lund, Marcos José de Lima e Luiz Vieira de Almeida (MACIEL, 2008, p. 64) e sete guerrilheiros teriam fugido.

Para os militares, este foi o “combate” decisivo da guerrilha. Lício Maciel afirma que: “Este combate, do dia 25/12/1974 foi, sem a menor sombra de dúvida, o ponto alto da luta antiguerrilheira no Araguaia” (Idem, p. 65).

O “Chafurdo do Natal” foi um massacre e mais uma vez não se sustenta a versão do Exército de que as mortes ocorridas teriam sido em combate. Dentre os mortos, Maurício Grabois, que estava doente e havia perdido grande parte da visão, conforme relata em seu diário, vinha pensando em deixar a área. Havia condições para a prisão dos guerrilheiros, mas as tropas cumpriram a risca a ordem de que ninguém deveria sair vivo da área e não haveria prisioneiros. A partir do “Chafurdo do Natal” os militares concluíram que a guerrilha estava desarticulada.

Entretanto, ainda faltava destruir o mito guerrilheiro: Osvaldão. Segundo Lício Maciel, “após a destruição da última base do grupamento A, ele ficou vagando na selva, sozinho” (Idem, p. 64). Osvaldão foi pego de surpresa, quando descansava, sentado num barranco. Os agentes que o encontraram foram guiados por Arlindo Piauí, o mesmo que mostrou o saco de cabeças cortadas para Dona Domingas. O guia havia estado um dia antes com Osvaldão e informou aos militares da base de Xambioá sua localização. Foi o próprio guia que executou o guerrilheiro, com tiros de espingarda (Ibidem).

A equipe mandou vir um helicóptero, no qual o corpo do guerrilheiro foi amarrado. Caiu uma vez e foi novamente amarrado. O que se seguiu foi uma bárbara demonstração de terror: o helicóptero sobrevoou as ruas de

Xambioá, exibindo aos camponeses o corpo do guerrilheiro morto (MORAIS; SILVA, 2005).

Alguns moradores relatam em diversos depoimentos terem visto guerrilheiros presos nas bases de Xambioá e Bacaba. É o caso da guerrilheira Rosinha, entregue pelo delegado de São Domingos Geraldo da Colo ao exército e conduzida à base de Bacaba (Idem). Seu nome real era Maria Célia e ela teria sido vista presa por moradores: “(...) em São Domingos do Araguaia, amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu)” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2002). Da mesma forma outro camponês, afirma que “A Cristina e o Nelito foram presos e levados pra Bacaba”. (MORAIS; SILVA, 2005, p. 238). Ambos também constam da lista de desaparecidos da Comissão de Direitos Humanos (Ibidem).

Após o “Chafurdo do Natal”, os guerrilheiros que sobraram estavam desarticulados, maltrapilhos, doentes e vagavam pela mata. O exército estimava que após fevereiro de 1974, havia cerca de vinte (GASPARI, 2002, p.458).

As tropas especiais foram retiradas do Araguaia e ficaram equipes “Zebras”, compostas por apenas dois mateiros. Estes capturavam os guerrilheiros remanescentes ao preço de 3 mil cruzeiros cada. A caçada a estes guerrilheiros durou mais oito meses e a última guerrilheira morta teria sido Walkíria, também sob custódia do Estado. O mateiro Sinésio a teria visto na base de Xambioá e perguntado depois para um soldado que lhe respondeu: “já era” (Idem, p. 460).

Após o extermínio dos guerrilheiros, tropas militares ficaram na região, que passou a ser considerada área de segurança nacional a partir de 1970. Entre eles, permaneceu o Major Curió, responsável por impedir a divulgação do que havia acontecido lá entre 1972 e 1974.

Considerações Finais

Durante muito tempo os militares negaram que a guerrilha houvesse existido, atribuindo ela a uma invenção da esquerda. Quando os primeiros documentos vieram à tona, passaram a negar a existência de registros oficiais sobre a guerrilha, que teriam sido queimados.

Em 2003, com a morte do general Antônio Bandeira, sua filha disponibilizou à jornalista Taís de Moraes uma grande quantidade de documentos que o general havia guardado consigo, mais de mil páginas sobre o Araguaia. Entretanto, nestas páginas faltavam os registros das responsabilidades pelas torturas e pelas mortes.

Muitos militares que atuaram no Araguaia começaram a falar apenas há pouco tempo, talvez cumprindo o pacto de silêncio que supostamente

fizeram na região, de não mencionar a guerrilha (NOSSA, 2012). O pacto talvez tenha expirado, e eles vêm se sentindo à vontade para relatar orgulhosamente a participação que tiveram.

São anticomunistas ferrenhos, que agora veem uma nova forma de ameaça comunista, o “gramscismo” (SOUZA, 2006). Aparentemente, resolveram contar a própria versão para combater a “versão comunista” que tem sido divulgada por diversos meios de comunicação, inclusive jornais de grande circulação como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, ou Veja que, ao contrário do que propagam tais militares, também são anticomunistas. Estes militares mais exaltados na defesa da versão militar da guerrilha do Araguaia estão na linha de frente de um grupo maior que ainda defende o legado da ditadura civil-militar: negam o acesso a documentos, comemoram o 31 de março de 1964, reclamam contra a instalação da Comissão da Verdade e se respaldam na Lei de Anistia para continuar impunes.

A recente abertura dos arquivos da ditadura pelo Arquivo Nacional e a Lei de Acesso à informação podem ser o caminho para lançar mais luzes sobre a guerrilha do Araguaia, que ainda permanece com lacunas e pontos obscuros, pela falta de acesso que até então os historiadores, assim como a sociedade em geral, foram submetidos.

Referências

ALVES, Maria Helena M. **Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984.

FERNANDES, Ananda Simões. Reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. In: Londrina, **Antíteses**. Universidade Estadual de Londrina, vol. 2, n. 4, jul.- dez. de 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>, acessado em 10 de setembro de 2010.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 458.

JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia**. Campo Grande, Editora do Autor, 2007, p. 56.

MACIEL, Lício. **Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente**. Rio de Janeiro, Corifeu, 2008, p. 37.

MECHI, Patricia Sposito. **Protagonistas do Araguaia**: representações, trajetórias e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (Tese de Doutorado). São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP, 2012.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia. São Paulo, Geração Editorial, 2005, p. 105.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, vol. 6, n° 3, pp. 479-499, set/dez. 2011, p. 489.

SOUZA, Aloízio Madruga de Moura. **Documentário: desfazendo mitos da luta armada**. Brasília, Editora BSB, 2006, pp. 161-162.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva**. São Paulo, Geração Editorial, 2006.

Fontes

JIMENEZ, José Vargas. **Depoimento a Comissão Especial de Aplicação de Leis de Anistia da Câmara dos Deputados**. disponível em: <http://www2.camara.govol.br> acessado em março de 2009.

MENEZES, Capitão Hamilton Ribeiro Saldanha. **Relatório da Missão Xambioá**. s/l, 11 de abril de 1972.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO Gabinete do Ministro – CIE e 11^a. Região Militar. **Informação Especial Nº 01/S/102-CIE (Secreto)**. Rio de Janeiro, 26-5-1972, 6 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Centro de Informações do Exército/DE **Operação Sucuri (Secreto)**. Brasília, abril de 1973, 83 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar da Amazônia – 8^a. RM – Quartel General – **Operação Peixe (I, II, III, IV e V) (Secreto)**, Brasília, de 27 de março de 1972 a maio de 1972, 45 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.^a Região Militar, 3.^o Brigada da Infantaria. **Ordem de Operação nº 6**, Brasília, s/d.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Comando Militar Planalto. 11.^a Região Militar, Quartel General, EMG, 5.^a Seção. **Manobra Araguaia/Operação Papagaio (Secreto)**. Brasília, novembro de 1972, 08 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro – CIE e 11^a. Região Militar. **Informação Especial Nº 01/S/102-CIE (Secreto)**, Rio de Janeiro, 26-5-1972, 6 p.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Gabinete do Ministro. CIE/DF. **Exposição para o Chefe do CIE**. Brasília, outubro de 1972[?], 5 p.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. **Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia**. Brasília, janeiro de 2002.

Artigo recebido em 08-03-2014, revisado em 19-05-2014 e aceito para publicação em 11-06-2014.
